



Voluntário com "chicanos" na Califórnia

Alemanha Ocidental
Educação é responsabilidade individual

Na Alemanha Ocidental não existe programa estatal de apoio à infância. Como a educação está a uma responsabilidade individual dos pais e famílias.

Os custos são altos e as oportunidades escassas. No estado de Schleswig-Holstein, por exemplo, somente um terço das famílias que desejam acomodar seus filhos em creches e instituições similares conseguem fazê-lo.

Neste país, nem a indústria nem os sindicatos assumem responsabilidades na educação da infância. Este é um fato importante porque os sindicatos partilham das decisões administrativas nas empresas que empregam mais de dois mil funcionários. No estado de Schleswig-Holstein, no entanto, uma em cada seis mulheres registrada no serviço social trabalha meio expediente.

A situação para mães trabalhadoras é bastante difícil já que existem poucas escolas de dois turnos. As crianças retornam às 13 horas e as famílias precisam especializar para alimentá-las e ajudá-las nos trabalhos escolares. Quando os pais estão no trabalho, vizinhos, parentes e amigos recebem as crianças.

Em 1978, havia 3,5 milhões de mães trabalhadoras na Alemanha Ocidental, com filhos de idade abaixo dos 18 anos. Naquele mesmo ano, foi implantado um programa modelo de "mães substitutas" em várias partes do país. Os funcionários do Governo afirmam que os resultados foram positivos. Outros, no entanto, insistem que o sistema gera vários problemas psicológicos para as crianças.



Japão: o reencontro após o trabalho

SISTEMA AMPLO

O Governo oferece licença de gestante durante 26 semanas, das quais seis são aproveitadas antes do nascimento. As 20 semanas restantes podem ser aproveitadas tanto pela mãe como pelo pai.

A Alemanha Oriental tem um dos mais amplos sistemas de amparo à infância, especialmente para as faixas etárias até a idade pré-escolar. Praticamente todas as crianças entre três e seis anos frequentam jardins de infância. O primeiro grau funciona somente pelo turno da manhã. Depois das aulas os alunos até a quarta-série permanecem no próprio edifício da escola, onde participam de atividades extracurriculares. Este sistema, no entanto, consegue absorver somente 60 por cento do alunato necessitado. O objetivo do Governo é ampliar este serviço, a fim de apoiar todo menor que deseja frequentar as atividades em horário pós-escolar.

Neste período as crianças recebem alimentação e participam de atividades musicais, esporte e trabalhos manuais.

Para crianças mais velhas não há creches especializadas, muito embora o Governo, juntamente com as fábricas, financiem atividades no período de férias.

Japão
Jovem estuda dez horas por dia

No Japão prevalece a idéia de que a mulher deve ficar em casa cuidando dos filhos. A maioria das mulheres japonesas que procuram emprego o fazem mais por motivações econômicas do que por vontade de seguir carreira. Muitas companhias reprovam a decisão das funcionárias que desejam continuar trabalhando depois do casamento ou depois do nascimento do primeiro filho.

Uma pesquisa do Governo japonês, realizada em 1979, mostrou que 70 por cento das mulheres do país pensavam que era seu o papel e a responsabilidade de cuidar do lar. A opinião pública — entenda-se: o que os vizinhos pensam — ainda influencia o pensamento japonês. A mãe que está distante do lar no momento em que o filho chega à casa depois da escola, pode rapidamente tornar-se objeto de censura de sua vizinhança.

Há uma estimativa que fala em um milhão de mães fazendo parte do mercado de trabalho hoje em dia (fora os 15 milhões de mulheres empregadas). Mas muitas trabalham meio expediente ou fazem seus trabalhos em casa.

Para as mulheres que precisam trabalhar, os parentes que vivem com a família servem de *babysitters* para as crianças que retornam à casa após o período escolar. Cerca de 30 por cento das casas japonesas ainda contém três ou mais gerações sob o mesmo teto.

DIVÓRCIO

O divórcio, no Japão, é um problema em ascensão. Ele não chega às dimensões da sociedade americana, é verdade, mas já criou o fenômeno de famílias lideradas por mulheres — cerca de 394 mil, segundo estudos de 1980 — e por homens, aproximadamente 76 mil.

E neste contingente que se encontram os jovens "solitários" que constituem, segundo fontes da Polícia e do serviço social do Governo, o principal grupo de delinquentes.

O sistema educacional japonês — muito exigente, que ocupa muitas horas do dia da criança — é um dos responsáveis pelos baixos índices de delinquência juvenil de uma forma geral. Não evita, no entanto, que na idade de 12-14 anos eles se rebelam contra este tipo de "opressão", fenômeno que vem alarmando educadores e a Polícia.

A maior parte dos jovens japoneses passa mais de sete horas por dia na escola. Além das aulas, participam de atividades pós-escolares, tais como esporte, clubes recreativos etc.

Estudos mostram que o jovem japonês estuda mais de 10 horas diárias. Segundo especialistas, tal sistema retira os jovens das ruas. Por outro lado, alguns sociólogos apontam para o fato de que eles se tornam extremamente passivos e sem ambição.

Inglaterra
Mais de dois milhões de solitários

Quando os portões das escolas do subúrbio londrino de Croydon se abrem, logo aparecem os micrônibus encarregados de recolher as crianças — entre cinco e onze anos — para levá-las ao velho casarão conhecido por *Gingerbread Corner*. Até que seus pais apareçam para pegá-las, às seis da tarde, os pequeninos brincam, lancham e se divertem sob os olhos atentos das atendentes. As crianças vêm de famílias lideradas por pais divorciados e usufruem deste programa do comitê à parte financiado pela Comunidade Europeia.

2. Mas este é somente um dos programas em desenvolvimento na Inglaterra. Outro, o de Leicester, em Lidlinds, reúne diariamente os jovens numa casa da juventude para atividades culturais e de lazer. O projeto é sustentado pela vizinhança. Cada família dá seis dólares semanais ao Centro.

3. Na área multirracial de Southwark, a sudeste de Londres, as crianças frequentam um centro de atendimento à infância. Ele funciona em horário pós-escolar e durante o período de férias, e é financiado pelo Governo e grupos de caridade.

Apesar destas iniciativas a Inglaterra tem enorme contingente de 2,5 milhões de jovens que ficam solitários no horário pós-escolar, segundo dados oficiais do Governo.

4. Outro relatório oficial sugere que 225 mil crianças, entre 5 e 10 anos, e 300 mil, entre 11 e 15, são deixados em casa sem qualquer supervisão.

A Sociedade Nacional pela Prevenção à Crueldade da Infância trata mensalmente de 230 mil casos de crianças em situação de perigo devido à situação de abandono a que ficam sujeitas ao serem deixadas sozinhas em casa.

França
130 mil delinquentes todos os anos

de recreação para ocupar a infância no horário pós-escolar.

Este sistema surgiu mais graças à iniciativa de grupos privados e prefeituras do que por iniciativa do Governo nacional. Muito embora estes programas estejam em desenvolvimento, a França continua sendo um país inamistoso à infância. Ao todo são 16,5 milhões de menores de 18 anos em idade escolar. O horário escolar varia. Os alunos de primeiro grau permanecem na escola até as quatro horas da tarde. Alunos mais velhos permanecem nas escolas e liceus até às seis. Os aprendizes de ensino profissionalizante permanecem nas oficinas e fábricas no período compreendido entre oito da manhã e quatro da tarde.

Fábricas, hospitais e outros estabelecimentos tendem a ser flexíveis o suficiente para permitir que pelo menos um dos pais esteja em casa após o horário escolar. Algumas

essas crianças que seus pais permanecem na escola em classes supervisionadas, nas quais realizam seus temas, enquanto seus pais estão no trabalho. Alguns centros culturais têm igualmente aulas vesperinas ou noturnas em escultura, dança e arte para estudantes de primeiro e segundo grau.

QUARTA-FEIRA

Já a folga escolar das quartas-feiras apresenta um sério problema para algumas famílias. As atividades esportivas representam uma solução para o tempo livre. No entanto, algumas escolas — por razões de custo — não podem franquear suas canchas de esporte no horário pós-escolar.

Algumas cidades adotaram os programas de rua, nas quartas-feiras. O tráfego de automóveis é interrompido e as crianças aproveitam para brincar, andar de bicicleta e andar de patins. Em Arras, Norte da França, por exemplo, os animais das fazendas vizinhas são trazidos ao parque local para dar aos jovens a possibilidade de um contato com a vida rural.

Paris foi a primeira cidade a oferecer atividades extramuros, tanto às aulas como durante as férias e nos feriados escolares. A cidade criou 240 centros culturais onde as crianças (e adultos) podem participar das atividades.

Num centro a nordeste de Paris, crianças de sete anos brincam ao lado de vovós e vovós de 80 anos, supervisionados por um instrutor de belas-artistas. Outro centro — no *Quartier Latin* — um professor de dança ensina ballet para moças. Bem próximo, outro estuda cenografia teatral.

Durante o verão, a Prefeitura organiza programas que inclui esporte, pinturar e excursões a lagos, castelos e parques. Uma cidade chegou a comprar 40 bicicletas para que as crianças pudessem pedalar à vontade e de graça.

Os funcionários apontam estas atividades como preventivas da delinquência. Cerca de 130 mil menores são levadas à corte todos os anos por atos criminosos. Isso decorre do alto custo de vida na capital francesa, que obriga às famílias de trabalhadores se deslocarem para os subúrbios onde estes programas já não são obtidos com tanta facilidade.

Alemanha Oriental
87 por cento das mulheres trabalham

O sistema de educação integrada é o responsável pela ocupação do jovem em horário escolar e pós-escolar.

As crianças de 5 a 14 anos par-

clusão de onde e de como fazê-los.

Tais centros de lazer para a infância abaixo dos sete anos e faixas etárias mais velhas são financiados pelo estado. Mais de 35 mil jovens participam deles. Mas apesar da iniciativa destes centros cerca de 71 mil menores continuam a cuidar de si próprios todos os dias no horário pós-escolar.

Os centros são mantidos pelas próprias famílias que pagam pelos serviços prestados segundo seus rendimentos. O orçamento público e contribuições de empregadores completam a diferença entre o que os centros arrecadam das famílias e suas necessidades reais.

São poucas as empresas que mantêm creches. Muitos creem que esta forma de assistência à infância cria uma dependência exagerada do empregado em relação ao empregador.

Suécia
Ser pai pode virar profissão

CRITÉRIOS

As listas para ocupar as vagas destes centros geralmente são longas. Os critérios de seleção levam em conta a conveniência dos centros, a capacidade dos pais poderem pagar as taxas e a situação específica da família, especialmente nos casos em que os dois progenitores são obrigados a trabalhar.

A partir de 1977, a legislação sueca eliminou todas as distinções que havia entre crianças nascidas do casamento e fora dele. A coabitação é tão comum que, segundo algumas estimativas, um terço de todas as crianças nascidas na Suécia hoje, têm pais solteiros.

A inexistência desta ligação familiar formal, dizem alguns especialistas, fez com que mais mulheres entrassem no mercado de trabalho.

Os salários femininos na Suécia são comparativamente altos. As mulheres suecas ganham agora 87 por cento do que ganham os homens. Este percentual, nos Estados Unidos, é de 60 por cento. E a maioria das mulheres na Suécia é sindicalizada.

A licença de gestante — que pode ser usufruída por qualquer um dos pais nos primeiros seis meses após o nascimento do bebê — começa evoluir agora para a sugestão de que o Governo pague para que um dos pais fique em casa cuidando das crianças. Esta sugestão, ao contrário da primeira que já foi promulgada pelo Governo, sofreu oposição dos sociais-democratas. Eles advogam a idéia de que o Governo deve construir mais creches em todo o país.



*Cooprio do Povo
08/11/1981
Special*

Novos rumos para orientar educação popular



Com sete livros publicados, a doutora em filosofia pela Universidade de Buenos Aires, Sara Paim, há alguns anos trabalha em Paris, na área de psicologia, atualmente se dedicando a estudos e atividades relativos à educação popular. Nesta entrevista, ela fala da necessidade da escola se adaptar à realidade da comunidade e de apostar na capacidade do estudante carente.

*Argum. vado
13/11/81
M. P. 981*

"A educação se preocupa em criar pessoas que conservam os padrões da sociedade. Mas sua função também deve ser transformadora. Ela encerra riscos, porque nem sempre os objetivos estão claros. Às vezes, estes não estão nem nos planos e nem na mente de quem ensina. Fazendo-se uma análise ideológica pode-se detectar os fins implícitos".

Embora acredite haver exceções, Sara Paim afirma que "os objetivos explícitos de nacionalidade que se dá ao ensino são contrapostos pelo modo de ensinar que, em geral, é profundamente irracional, em maior ou menor grau, dependendo do país e do sistema político. Se os professores tiverem um bom senso crítico, podem salvar um pouco a irracionalidade".

Sara não tem dúvidas quanto à função essencial do professor, que considera a de construir situações de aprendizagem e acompanhar as crianças nas estratégias que elas colocam para solucionar os problemas. Isto é, não lhes transmitir conheci-

mentos já estabelecidos, mas levá-los a recriar os seus conhecimentos de maneira que deles se sintam proprietários. Necessita-se repensar o magistério para lograr-se este tipo de professor, que sabe respeitar a criança. Temos que nos conscientizar de que elas não são bolsas para encher de informações, mas seres ativos que sabem construir o seu próprio saber.

ENFOQUE NOVO

Novos caminhos estão sendo descobertos. Segundo a educadora, há grupos que se interessam em tratar dos problemas da aprendizagem de acordo com um enfoque diferente. Isto não só a nível de clínica, mais comum, como de escola. Cita como exemplo, instituições argentinas. Os resultados das experiências efetuadas dão ânimo para seguir o caminho, já que o aluno e professor se sentem mais criativos.

A escola ideal já existe, embora não sistematicamente. Para exem-

plificar, cita entidades existentes em Mar del Plata, Córdoba, Chaco, algumas atendendo crianças sem problemas e outras com problemas de aprendizagem.

"Nossa principal preocupação, em ordem de prevenção, são as crianças das classes populares. Constatamos que a única maneira de atender a infância desfavorecida era abandonar todos os preconceitos, se cientificamente baseados, e observar como as crianças aprendiam espontaneamente (fora da escola)".

"Estas crianças tinham feito muitas aquisições diferentes das que a escola tradicional admite. Estas aquisições só eram explicáveis quando se observava terem a mesma estrutura lógica, diferente da testada na escola. Verificamos que a criança podia fazer e não o que não podia. Geralmente se costuma fazer o contrário".

Ao invés de tratarmos da estrutura cognitiva, trabalhamos com a ordem simbólica, diz a educadora. Verificamos assim exatamente o que

significava para estas crianças o conhecimento. A ciência não lhes pertencia. Mesmo os números tinham para eles só uma função prática de serviço, desprovida do prazo ou de um caráter criativo, humano ou científico mais profundo. Desde o ponto de vista simbólico, para as crianças de nível social mais baixo, estava fechado o caminho para encontrar prazer no conhecimento.

A partir de constatações como estas, a equipe da pedagoga Sara concluiu ser necessário dar-lhes elementos que pudessem ajudá-las a se defenderem na vida. Não foi fácil demonstrar esta evidência, fruto de muitos estudos, para os pais e a sociedade de um modo geral. Foi difícil convencer até as próprias crianças. "Eles mesmos estavam certos de própria falta de inteligência. Foi uma luta modificar este conceito, assim como foi uma luta convencê-los de que o conhecimento e uma fonte de prazer, que pode ser vivida por todos, não estando eles incapacitados para tal.

ESCOLA DO IRRACIONAL

O que usar para convencer estas crianças e, por intermédio delas a sociedade, da igualdade de condições a nível de capacidade? Sara responde: "Encontramos o racionalismo como a verdadeira forma. Não lhes ensinam nada mais do que o estritamente racional e provado, não permitindo a ambigüidade, comum na escola normal".

"Geralmente as crianças aprendem numa escola do irracional, do ilógico, de forma mecânica. As crianças de nível sócio-cultural mais baixo aprendem de outra maneira, ou seja, nada irracionalmente. Elas não se alienam em nada. É por este caminho que logramos levá-las ao conhecimento".

Este método que elimina ao máximo o irracional, verifica um rendimento mais lento das crianças na primeira e segunda séries. Na terceira, porém, através deste método,

porém não pôde ser continuada, embora ainda seja usada de forma assistemática. De acordo com este objetivo, os pais participam do trabalho da escola, auxiliando na elaboração do material dos filhos. Cortam figuras, números, entrando em contato direto com o próprio método. Assim que tomam conhecimento, ficam entusiasmados. Em Mar del Plata, pensando na dificuldade de comparecimento das mães, 60 por cento dos pais se apresentaram após o expediente, apesar do sacrifício. Depois, durante o trabalho na empresa, trocavam idéias sobre os filhos.

dos, vai se verificar grande similaridade na aquisição de conhecimento. A quantidade nessa etapa já é a mesma. Há ainda a obtenção de resultados mais avançados. As crianças de classes populares dominam os 18 primeiros números, sabendo contar e decompor segundo as quatro operações possíveis, coisa que as demais não fazem.

Toda a aprendizagem deste grupo é concreta, feita sobre objetos manipuláveis. Só depois é que passam à nomenclatura. Estas crianças não se deixam educar irracionalmente, exigindo do professor a explicação de todas as coisas. Sentem a necessidade de compreender tudo.

Sara confirma que há muitas pontas comuns entre esta educação popular e as teorias de Paulo Freire, embora este se dirija a adultos, e que dá dimensões diferentes à questão.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Na França, são utilizados meios de comunicação neste tipo de escola, especialmente o circuito fechado de televisão, com programas específicos para a educação. Outro recurso é o aproveitamento de experiências mostradas pela tevê. "Se algum aluno pode ter um prejuízo com a má qualidade de um programa, outro pode aproveitar certos conteúdos emocionais e sentido estético". Papel crítico e importante é entrar a educadora, o importante é encarar a realidade: "as crianças vêm à televisão. Temos, pois, de ser realistas".

Na Argentina, os jornais diários são usados, já que se constituem em artigo comum nas casas. Nos bairros operários, há uma média de um jornal diário para cada quatro famílias. Sobre tudo para a criança crescer, ele é muito importante, porque se constitui num reflexo do mundo.

FAMÍLIA

Os métodos da educação popular utilizam a família. Esta experiência

O mês de outubro é a época da pesca da sardinha em Mar del Plata, quando todos, dos seis aos 30 anos, desempenham tarefas específicas. As crianças, como são obrigadas a faltar às aulas, repetem o ano em função deste trabalho. A escola não procura se adaptar à realidade da comunidade, mostrando-se muito rígida. As crianças têm neste trabalho uma oportunidade de ganho e é este também o momento em que se identificam com seu povo de origem siciliana, estando relacionados com muitos elementos afetivos.

IDÉIA DE ILLICH

Uma sociedade sem escolas, como deseja Illich, é segundo Sara, indesejável. "É preciso transformá-la, mas não eliminá-la. Pode ser um desastre, mas não há ainda nada melhor. É como a família. Nela se transmite o conhecimento, se faz o novo ser, o novo futuro cidadão. Através dela, o indivíduo se coloca em dia com tudo o que a civilização trabalhou através dos séculos".

Como considera que o importante é transformar o ser humano em ser histórico, Sara Paim tem a escola como necessidade insubstituível. "A escola não vai ser nem pior nem melhor do que a sociedade. Se desejamos uma escola melhor, é preciso procurar uma sociedade melhor".

Ministério da Educação quer escola ajustada à realidade

O novo secretário geral do Ministério de Educação (MED), Everardo Maciel, reafirma a intenção do ministro Marco Maciel de dar prioridade ao ensino básico, através da ampliação da matrícula para incorporar à escola todas as crianças que, na faixa etária obrigatória estão fora dela. Segundo ele, o primeiro procedimento adotado é promover um levantamento dos recursos de que dispõe o Ministério, proceder uma racionalização de seu uso e estabelecer um plano de educação a partir de amplas consultas à sociedade. "O MED, acrescentou o secretário geral, pretende fazer uma escola ajustada à realidade nacional, observadas as especificidades regionais, mas mantendo um padrão comum".

Em relação ao pré-escolar, Everardo Maciel disse que o objetivo é envolver a família em atividades de saúde, alimentação e lazer das crianças. No ensino de 1º. grau, além da universalização, será estudado um plano de recuperação e ampliação dos prédios escolares que, juntamente com o objetivo de servir a educação, poderá representar um programa de geração de empregos.

Magistério

O novo secretário geral do MED

anunciou, ainda, a criação de uma política nacional de valorização do magistério, através da revitalização das escolas normais, inclusive com a perspectiva de transformar a formação de professor para o 1º grau em nível superior, da formação e treinamento dos professores leigos, da fixação de diretrizes para a valorização da carreira do magistério com quadros estáveis, atingindo também as prefeituras e os Estados. Este plano passa, obrigatoriamente, pela valorização salarial do professor e pela retomada do "status" social da categoria.

Everardo Maciel disse que a política do livro didático deverá exigir padrões de qualidade, permitindo a sua reutilização pelos alunos, e que a merenda escolar deverá respeitar os padrões alimentares e produtivos locais. Também citou como metas do plano de ação a co-existência de um ensino de 2º. grau geral e profissionalizante, a compatibilização do calendário agrícola e escolar no ensino rural e a revisão profunda da alfabetização de adultos. Para a questão universitária o secretário geral do MED informou que serão adotadas medidas urgentes a serem propostas pela comissão anunciada na primeira reunião ministerial "pois o tema exige soluções imediatas".

I Encontro de Secretários

Professores discutem como integrar escola e comunidade

10/05/78

No prosseguimento do I Encontro de Secretários Municipais de Educação, que encerra hoje na Assembléia Legislativa, foram discutidas, ontem à tarde, em trabalhos de grupo alternativos para se obter a integração da escola com a comunidade. O grupo quatro, por exemplo, composto por representantes de Canela, Gramado, Caxias do Sul, Candelária, Santa Cruz do Sul, São Francisco de Paula, Encruzilhada do Sul e Rio Pardo, chegou à conclusão de que uma das alternativas para integrar a escola à comunidade é a preparação dos círculos de pais e mestres para que atuem a serviço da escola e de seus objetivos. Além disso, a escola deve se abrir para receber a comunidade, cedendo suas dependências para reuniões de sindicatos, associações comunitárias, permitindo até que ali sejam realizados aniversários e festas sociais.

O grupo também sentiu a necessidade de se promover a divulgação das atividades escolares por meio dos recursos colocados à sua disposição: rádio, jornal, púlpito da igreja, boletins informativos. A necessidade de orientar o professor para que assuma seu papel de líder comunitário também foi discutida, tendo-se ressaltado que muitas vezes esta liderança não é inata, mas pode ser formada, já que em certos lugares o professor exerce o papel de líder, devido às condições do meio urbano. Foi também sugerida a criação de clubes de leitura, esportivos, de música e agrícolas, para que a comunidade encontre na escola uma auxiliar para suas atividades. O aproveitamento de todas as datas significativas dos municípios também foi lembrado como um meio de integrar a escola à comunidade.

IMPRECISÃO

Enquanto isso, a professora Fidélia Guadagnin, secretária de Educação de Nova Bassano, opina que a Reforma do Ensino encontra problemas para sua implantação devido à interpretação imprecisa que o Conselho Estadual de Educação deu ao texto legal depois de tê-lo recebido do Conselho Federal de Educação. No momento de transferir a orientação sobre a Reforma para os municípios, o Conselho Estadual não o fez de forma conveniente, sendo este um dos problemas enfrentados pelos municípios. Em sua cidade, a Reforma foi implantada, em parte, em todos os colégios, faltando a concretização de dois objetivos: os ensinos supletivos e profissionalizante. Em sua opinião, o que falta para a plena implantação da Reforma são recursos financeiros, já que, pelo menos em seu município, os recursos pedagógicos são bons.

A professora Fidélia sublinha também que a falta de pessoal burocrático leva o professor a assumir tarefas na escola que o impedem de realizar um bom

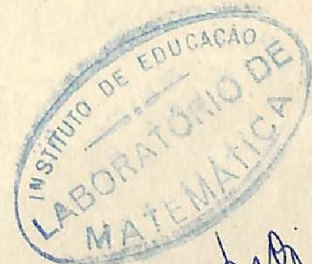
trabalho pedagógico: "É necessário que o professor seja professor e não faça serviços burocráticos, desviando-se dos encargos educacionais que lhe são inerentes".

Itamar Vezentin, secretário de Educação de Candelária, acha que o excesso de burocracia é um dos entraves à educação, uma vez que há muitos relatórios a serem feitos, perdendo-se muito tempo, também, com semanas, da alimentação, do câncer, da pátria, tornando os dias letivos muito poucos. Por outro lado, ele lembra que o pagamento do Plano de Operação do Ensino Municipal, feito muitas vezes com três ou quatro meses de atraso, leva as prefeituras a ter dificuldades para saldar seus compromissos salariais com os professores, já que a verba do POEM é esperada para esse fim. Já Ariosto Barreto, secretário da Educação de Santa Cruz do Sul, acha que agora os prefeitos estão compreendendo a importância da educação, como o "melhor investimento que se pode fazer", dando estímulo ao ensino municipal.

A cooperação dos círculos de

pais e mestres, de qualquer forma, é indispensável, como destaca Almedo Dettenborn. O secretário de Educação de Venâncio Aires justifica sua opinião, argumentando que em seu município muitas escolas são reconstruídas com mão-de-obra doada pela comunidade através do trabalho dos pais que procuram se integrar, desta forma, à educação de seus filhos. Salaria que a origem alemã e a tradição natural dos teuto-brasileiros em se mostrarem interessados pelos problemas das escolas são fatores que fizeram Venâncio Aires gastar somente Cr\$ mil por metro quadrado na reconstrução de suas escolas, graças à mão-de-obra oferecida pelos próprios pais dos alunos.

Confirmando a importância da comunidade como colaboradora no processo de educação, o professor Ariosto Barreto exemplifica: em Santa Cruz uma pessoa da comunidade ficou responsável pela preparação da merenda escolar para não sobrecarregar o trabalho da professora, responsável ainda por quatro séries do primário.



Proj. 12/05/78
Edu. Matemática
M. G. M.



Assembléia debate desarmamento

"Paz, Fruto da Justiça" é o tema da Semana pela Paz e Desarmamento, que a Comissão Permanente de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa vai promover de 23 a 30 de outubro próximo. A programação inclui painéis - um dos quais com a participação do CPERS, vigília, ato ecumênico, show musical e uma caminhada pela paz.

Os painéis terão como local o Auditório da Assembléia Legislativa, onde se dará o ato solene de abertura da Semana pela Paz no dia 23. O painel do dia 24 terá como tema "Violência contra a Natureza", abordando a destruição da natureza, os agrotóxicos e a poluição. No dia 25 estará em debate a "Violência contra o Indivíduo", com ênfase para a repressão policial/torturas; a violência nos presídios; a criminalidade e a violação dos direitos humanos.

No dia 26, sexta-feira, o CPERS estará participando do painel sobre

"Violência na Sociedade", abrangendo as áreas de Saúde, Educação e Trabalho; a marginalização social (índios, negros, posseiros, mulheres, bóias-frias, etc), e meios de comunicação.

O painel do dia 29 tratará da "Violência no Mundo", abordando a corrida armamentista (nuclear e convencional); o militarismo; o imperialismo econômico e a repressão à autonomia das Nações.

No dia 30, o painel de encerramento tratará da "Paz, fruto da Justiça", debatendo as questões do desenvolvimento (novo nome da paz); justiça social e esperança de paz. No dia 27, além do painel, haverá uma vigília pela paz, com discussões, manifestações artísticas e culturais relativas ao tema. O ato ecumênico acontecerá no dia 28, às 15h. Ainda no dia 30, os participantes da Semana pela Paz farão uma caminhada, a partir das 18h, com saída do Largo da Prefeitura até a Praça da Matriz, numa espécie de "via-crucis" da Paz.

A educação no Brasil, a exemplo de outros países latino-americanos, sofre os efeitos da estrutura política, econômica e social vigente na maioria destas Nações. A população da América Latina convive com a violência no seu cotidiano. Além de revoluções, conflitos internos, repressão e cerceamento da liberdade, as pessoas enfrentam outros tipos de violência, menos imediatos, mas talvez mais graves, como o imperialismo cultural e a falta de acesso à educação. O direito à educação é fundamental para o indivíduo que deseja ser livre e viver numa Nação que fundamente seu desenvolvimento na soberania nacional, na paz e na justiça social. A Confederação Mundial de Organizações de Profissionais

do Ensino (CMOPE) vem denunciando, a nível internacional, a situação da educação e do magistério nos países latino-americanos. Através das entidades filiadas de 90 países, vem pregando o direito dos indivíduos à educação fundamental e às mínimas condições para uma vida digna. Em outubro, as entidades estarão promovendo a I Jornada Magisterial Latino-Americana pela Paz e Desarmamento, lembrada num cartaz comum que circulará em todos os países e em crachás que os professores usarão em aula, entre os dias 24 e 30 de outubro. Aqui em Porto Alegre, a Assembléia Legislativa promove, de 23 a 30 de outubro, uma Semana pela Paz e Desarmamento, com o tema "Paz, fruto da Justiça".

Educação deve promover a paz e o desarmamento

Dentro da I Jornada Magisterial Latino-Americana pela Paz e Desarmamento, os professores estarão discutindo a questão da educação para o desarmamento, que gira em torno do lema da UNESCO: "Desarmar as mentes para Edificar a Paz". A Direção do CPERS oferece, a seguir, subsídios para esta discussão que se processará nas escolas, entre os dias 24 e 30 de outubro próximos. A Confederação dos Professores do Brasil está entre as entidades coordenadoras da Jornada.

Os Dez Princípios da Educação para o Desarmamento, divulgados pela UNESCO, foram extraídos dos documentos finais do Congresso Mundial sobre Educação para o Desarmamento, realizado em Paris, em junho de 1980. Os Princípios são os seguintes:

1. A Educação e o Desarmamento - Segundo este princípio, todos os educadores e comunicadores podem contribuir para a educação rela-

tiva ao desarmamento, tratando de compreender melhor as razões da produção e aquisição de armas e levando estas informações à população.

2. Definição de Desarmamento - Dentro destes princípios, é preciso entender por desarmamento toda a forma de ação que vise limitar, controlar ou reduzir os armamentos.

3. Papel da Informação - É necessário colher e divulgar informações fidedignas, cujas fontes apresentem a máxima objetividade. Essa educação deve preparar os alunos para se oporem às incitações à guerra, à propaganda bélica e ao militarismo em geral.

4. O Desarmamento: As Realidades Econômicas e Políticas - Deve-se estabelecer, plenamente, a relação que existe entre o desarmamento e a realização dos objetivos da segurança nacional e do desenvolvimento.

5. Pesquisa e Processo Decisório - Os argumentos a favor do desarmamento devem estar fundados em pes-

quisas científicas independentes.

6. Critérios Fundamentais - Como meio de contribuir para a paz e segurança internacionais, a educação deve inspirar-se nos princípios do direito internacional, fundados na Carta das Nações Unidas.

7. Vínculos com os Direitos Humanos e Desenvolvimento - A educação para o desarmamento tem vínculos essenciais com a educação relativa aos direitos humanos e ao desenvolvimento.

8. Objetivos Pedagógicos - A educação deve aplicar métodos pedagógicos mais imaginativos e participativos, com a ação direta dos estudantes.

9. Valores - A base da educação deve estar na compreensão internacional, tolerância com posições ideológicas e culturais e compromisso com a justiça social e solidariedade humana.

10. Setores da Sociedade a que interessa - A educação para o desarmamento interessa a todos os setores da sociedade e da opinião pública.

CPERS - Por qué a dificuldade financeira?

Quando em campanha pelo interior e capital freqüentemente ouvimos indagações sobre o destino dado às contribuições dos associados do CPERS.

Ao assumirmos a entidade tínhamos consciência dos problemas que deveríamos enfrentar. Sabíamos também que a responsabilidade pela condução dos rumos de uma entidade não é apenas de um grupo, mas sim de todo o corpo de associados. Por esta razão, o questionamento quanto ao destino do dinheiro da entidade, é uma atitude própria de todos aqueles que se sentem comprometidos com o trabalho desenvolvido e a GESTÃO correta dos bens que lhe pertencem.

No Magister Especial, nº 77, divulgamos dados, sobre a situação financeira. Queremos hoje continuar essa análise. Elaboramos para tanto a tabela que enfoca a despesa com funcionários de 1981 a julho de 1984. Caberia perguntar o porquê da escolha desse período e do enfoque da despesa através dos salários. O período em questão apresentou uma inflação de 95,1% em 81, a 211% em 83 e a projeção para 1984 é de 230 a 250%. O aspecto salário é importante mencionar, porque 48,37% do total arrecadado no ano, (84) está comprometido com pagamento de pessoal. Quando observamos a despesa com pessoal temos que lembrar que os funcionários do

CPERS tem os seus salários reajustados semestralmente com base em 100% do INPC.

O número de funcionários tem aumentado consideravelmente nesse período, elevando-se de 79 a 111 assim como o número de associados também elevou-se de 51.138 a 61.761 (não incluindo os municipais, que são em nº de 5.000 aproximadamente, cuja contribuição é de 50% dos demais, sendo instável a arrecadação devido ao precário sistema de cobrança).

A contribuição do associado é de 1% sobre o básico, ou seja 1.428, mensais, um montante fixo de janeiro a dezembro. Ela só aumenta quando aumenta o nosso salário, enquanto todo e qualquer custo necessário para o funcionamento da entidade tem o seu preço reajustado a cada dia.

Ao verificarmos na tabela "% salários mensais", vamos constatar o crescente comprometimento da receita mensal com os salários pagos. Nos meses de abril e outubro ocorrem os reajustes e em dezembro o pagamento do 13º salário. Em 1981, 82 e 83 o comprometimento sobre o arrecadado no mês de dezembro era de 90,80%, 100,68% e 132,38% respectivamente. Em 84 pela nossa previsão deverá ser de 151,57%, isto é, uma arrecadação mensal e meia estará comprometida com o pagamento do pes-

soal.

Por outro lado, se somarmos os salários mais encargos, dividido pelo total de funcionários teremos um salário médio de Cr\$ 398.170, um valor ainda distante da justiça social que todos nós queremos. A persistir a política recessiva para os vencimentos dos funcionários públicos e particularmente os professores mantendo-se os índices da tabela, dentro de poucos anos, o orçamento anual não cobrirá a folha mensal de dezembro, a não ser que reduzamos o quadro de funcionários o que evidentemente comprometerá a qualidade do trabalho que a entidade hoje oferece.

Na coluna saldo disponível, constatamos em dezembro de 82, um saldo razoável em relação aos demais anos, isto porque 82 foi o ano da intervenção econômica, o que levou a entidade a extrema economia. Após o boicote do canal de descontos pelo Tesouro, a entidade recebeu todos os atrasados, essa disponibilidade financeira e a instabilidade econômica do país em 1983 levou a direção da entidade, por aconselhamento da assessoria econômica do CPERS a investir em imóveis, quando então foram adquiridas as sedes de Frederico Westphalen, Soledade, Passo Fundo e Bento Gonçalves (inacabada).

Em 1984, nos primeiros meses, constatamos uma razoável reserva que ao longo do

processo eleitoral, foi gradativamente absorvida, chegando hoje ao saldo zero, com compromissos não atendidos.

Outra pergunta freqüente é quanto as aplicações das sobras diárias e dos primeiros meses do ano que sempre são maiores. O Tesouro nos repassa no final da 2ª quinzena 80% correspondente ao penúltimo mês do nosso pagamento e o restante na 1ª quinzena do mês seguinte. O pagamento dos funcionários da sede efetua-se entre os dias 25 e 30 e a remessa aos núcleos nos 1ºs dias do mês. No mês de agosto a renda proveniente de aplicações foi insignificante, enquanto que de janeiro a julho, registramos um saldo de Cr\$ 10.800.000.

Procuramos apresentar os fatos de uma forma clara, simples e concisa. Propomos o diálogo para que através dele possamos encontrar as alternativas viáveis e capazes de resolver o quadro apresentado, construindo o CPERS que todos almejamos.

Nos dias 5 e 6/10/84 a diretoria e diretores dos núcleos estarão reunidos para analisar o exposto e apontar caminhos cabíveis para o momento.

Colocamos à disposição dos associados todos os informes necessários quando aos registros contábeis, bastando para tanto procurar a Tesouraria da Entidade.

A DIRETORIA

Encaminhamentos da assembléia do dia 14

Dentro da "Mobilização a cargo dos Núcleos", foi aprovado o envio de telegrama ao Governador com texto padronizado, lembrando a promessa de Jair Soares de conceder 13º salário e reajuste semestral à categoria, no dia 15 de outubro. Os Núcleos estarão promovendo, ainda, encontros com vereadores e deputados para discutir e encaminhar reivindicações. Também serão organizadas reuniões com diretores de escolas para esclarecimento sobre o movimento da categoria. Paralelamente, os Núcleos farão uma campanha permanente de colagem de cartazes e fixação de faixas alusivas ao movimento.

Entre "Caminhadas e Atos Públicos", está programado para o interior a organização de concentrações, seguidas de caminhadas e atos públicos, por Núcleos, com a participação da comunidade. Na Capital, haverá uma concentração de professores no Auditório Araújo Vianna, com caminhada até o Palácio Piratini, quando será entregue ao Governador um documento com as reivindicações do Magistério. A caminhada culminará com um Ato Público pela Educação, com a participação de outras entidades sindicais e associativas.

A nova assembléia geral extraordinária da categoria foi marcada para 27 de outubro próximo.

Durante a assembléia, os professores aprovaram encaminhamentos para as propostas já aprovadas em assembléias anteriores. Diante da negativa do Governador em atender as reivindicações, sob a alegação de falta de recursos, o magistério assumiu a posição firme de manter a mobilização e levar adiante a luta pelo atendimento das reivindicações salariais e funcionários da categoria.

Dentro do item "Mobilização nas escolas", foi aprovada a confecção de crachás referentes às reivindicações de 13º salário, reajuste semestral e 25% das verbas para a educação. Os professores também farão, nas escolas, um levantamento deta-

lhado das condições físicas das escolas públicas estaduais, tabulando através de fichas-padrão, confeccionadas pelo CPERS, os dados para limpeza, situação das salas de aula e do prédio do estabelecimento. O resultado deste levantamento será, posteriormente, divulgado na imprensa. Haverá, também, um dia de assembléias em cada escola, reunindo professores, pais e alunos, quando será esclarecida a situação da educação no contexto sócio-político-econômico e do magistério no Estado.

No item "Divulgação", a categoria aprovou a utilização do Magister na divulgação de assuntos de interesse do magistério, dentro de sua crescente mobilização, além de denúncias sobre a situação da educação e documentos e análises que servirão de subsídios para discussão nas escolas.

Entre as propostas gerais, foram aprovadas ações judiciais contra o Governo pelo atraso nos pagamentos; suspensão imediata da contratação de professores pelas Prefeituras, através de verbas estaduais repassadas; não participarão em so-

lenidades oficiais em homenagem ao professor em seu Dia; envio de documento ao Governo Federal, solicitando agilização na liberação do projeto de emissão das ORTEs e a aprovação de uma reforma tributária; debate público entre representantes do Governo e do CPERS sobre situação econômica do Estado; realização de reuniões por grupos de escolas e expedição de convite aos Secretários da Educação e Fazenda para que compareçam a próxima assembléia geral, a fim de prestar esclarecimentos à categoria.



Magistério lotou o plenário, apesar do mau tempo, para discutir e votar um longo elenco de estratégias

Solidariedade do funcionalismo

A Associação dos Servidores Públicos Ativos e Inativos do Estado do Rio Grande do Sul (ASPIRGS) enviou correspondência à Direção do CPERS, na qual expressa a solidariedade e o apoio dos demais funcionários públicos à luta do magistério. O documento está assinado pelo presidente da entidade, economista Plínio Sefton de Azevedo. Diz a mensagem:

"Tomo a liberdade de apresentar ao CPERS, entidade que tem a função de, legitimamente, representar a nobre categoria do magistério público riograndense, a solidariedade quanto as reivindicações de reajustes periódicos de vencimentos e sa-

lários, hoje vigentes em forma de semestralidade, tal como o é o atribuído as categorias de trabalhadores do setor privado, de percepção da gratificação natalina (popularmente conhecida como 13º salário), além de outras de interesse dos professores estaduais, federais e municipais.

Lembro, nesta oportunidade, que o professor público, também servidor público, sempre esteve incluído nas reivindicações de abrangência, como as supra mencionadas, as quais já foram aprovadas em diversos Congressos Nacionais dos Servidores Públicos do Brasil.

Outrossim, levo, ainda, a solidariedade à

campanha por maiores recursos financeiros à educação (com mais verbas nas dotações dos orçamentos governamentais, assim como, com maiores percentuais em relação a totalidade dos mesmos) e melhoria na qualidade do ensino, pois a educação é, realmente, um dos maiores fatores para a arrancada em prol do desenvolvimento sócio-econômico das nações.

Certo de que, com esta mensagem, contribui para a meritória campanha que o CPERS vem encetando, apresento a V.S. na qualidade simbólica de representante de toda a categoria, o meu sincero e leal apreço e consideração".

Mobilização atividades

Outubro/84

- 01) de 1º a 11/10 data indicativa colas
- 02) 03/10 - Eleição para os N. interior.
- 03) 04/10 - 14 h - CONSELHO G - 17h - Assembléia Geral Extra
- 04) 04/10 - 20h - Reunião com I
- 05) 05 e 06/10 - Seminário Dire
- 06) 11/10 - data indicativa - R
- 07) 15/10 - Envio de telegrama dos Núcleos.
- 08) 15/10 - Ato Público na Cap
- 09) 15/10 - Não participar de s Dia do Professor.
- 10) 16 a 19/10 data indicativa res e Deputados para discuti
- 11) 20/10 - ASSEMBLEIAS RI
- 12) 24 a 30/10 - Semana pela P

- 13) 27/10 8h - Reunião do Cons
- 27/10 13h - ASSEMBLEIA GE
- 14h - ASSEMBLEIA EXTR

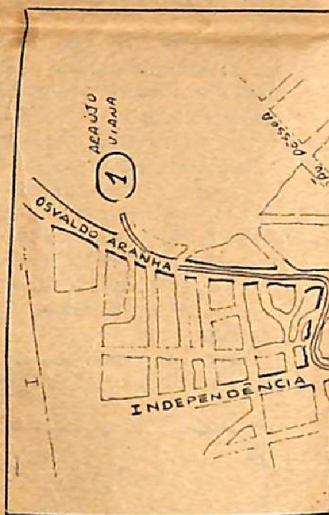
reivindicações.

Novembro/84

- 01) 07/11 - Eleição para os R na Capital.
- 02) data a ser definida - Elei gresso da CPB.
- 03) data a ser definida - Reu ALISC e APP
- 04) data a ser definida - CPERS/CPB
- 05) 22 a 24/11 - V Encontro E

Roteiro d

A concentração dos professores em Viana. Dali haverá uma caminhada pelas ruas Osvaldo Araújo Vianna e Andradas



Deputa mensagem

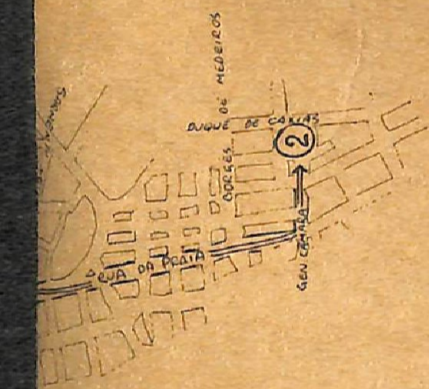
O Centro dos professores do Rio Grande do Sul (CPERS) recebeu o documento da categoria com as reivindicações dos seus membros: Ritzel (PMDB), Souza (PMDB), Orlan (PMDB), Silvério (PMDB), César Sch (PMDB) e Germano (PMDB), além de Hlo PDS.

o cresce com
previstas

Realização de Assembléia nas Es-
cuelas da Capital e alguns núcleos do
ERAL.
ordinária.
elegados Congresso CUT.
tores de Núcleos.
união com Diretores de Escolas.
padronizado ao Governador, a cargo
ital.
tendências oficiais em homenagem ao
Encontro nos Núcleos com Vereado-
r e encaminhar reivindicações.
REGIONAIS:
az e Desarmamento.
elho Geral
RAL ORDINÁRIA
ORDINÁRIA encaminhamento das
representantes Proporcionais (1/1000),
ção dos Delegados do CPERS ao Con-
nição da Regional Sul (CPB) CPERS-
PROJETO THEREZA NORONHA
tadual de Educação.

o ato público

es será em frente ao Auditório Araújo
nhada até a Praça da Matriz, passan-
ha, Sarmento Leite, Independência,
e General Câmara



dos enviam
em de apoio

ores do Estado do Rio Grande do
manifestações de apoio ao movi-
luta pelo atendimento de suas
santes deputados estaduais: Nel-
José Ivo Sartori (PMDB), Léljo
do Burmann (PDT-Vice-líder da
Kist (PDS), Antenor Ferrari
mer (PMDB), Niveldo Soares
Rigotto (PMDB-Vice-líder da
go Mardini, deputado federal pe-

Entidades querem mudar CPMs

Diante das conclusões apre-
sentadas pela Comissão de Re-
dimensionamento do Círculo de
Pais e Mestres da SEC, o
CPERS juntamente com as As-
sociações dos Administradores
de Educação (ADERGS), Orien-
tadores Educacionais (AO-
ERGS) e Supervisores de Edu-
cação (ASSERGS) elaborou um
documento contestando pontos
importantes do estudo elabora-
do pela Comissão e que solicita,
ao final, a elaboração de nova
proposta de estrutura organiza-
cional do CPM. O documento, na
íntegra, é o seguinte:

“O estudo do documento en-
viado por essa comissão, pro-
pondo uma estrutura organiza-
cional para os CPMs, nos leva a
apresentar as seguintes conside-
rações:

1º - tendo em vista o objetivo
expresso de “um maior apoio ao
pleno funcionamento da institui-

ção que congrega pais, profes-
sores e elementos da comunida-
de”, acreditamos que seria
mais eficaz e democrática a elab-
oração de uma proposta de es-
trutura organizacional do CPM
por representantes dos segmen-
tos envolvidos.

A consulta sugerida por essa
comissão significa um levanta-
mento de sugestões dos segmen-
tos envolvidos sobre projeto já
elaborado, sem que haja, con-
forme o documento em questão,
a previsão de participação des-
ses segmentos nas decisões fi-
nais sobre o assunto.

2º - o documento estudado con-
tém uma estrutura de organiza-
ção para os CPMs, mas não se
refere a uma questão que é ante-
rior: as funções dessa institui-
ção. Consideramos, portanto,
que as finalidades da instituição
e as competências de seus
membros permanecem as
mesmas estabelecidas pelo Es-

tatuto Padrão. Assim sendo, nos
parece insuficiente um redi-
mensionamento do CPM que
não coloque em discussão, em
primeiro lugar, seus objetivos.

Ainda mais quando esse assunto
vem inquietando pais, alunos e
professores, que, através de in-
úmeras manifestações, têm
questionado o real papel do CPM.

Na medida em que o Estado
não vem cumprindo sua obriga-
ção legal de manter a escola
pública, os CPMs têm assumi-
do prioritariamente a função de
angariar recursos, através de
pedidos ou cobranças de taxas,
para manter as despesas das es-
colas e, inclusive, suas folhas de
pagamento de limpeza e vigilân-
cia. Em suas manifestações a
comunidade tem rejeitado este
papel e tem indicado como fun-
ções dos CPMs a mobilização
comunitária e a participação
efetiva nas decisões relativas à

vida escolar, o que implica a
participação na administração
das verbas públicas enviadas
pelo Estado às escolas.

A definição de funções do CPM
é uma tarefa urgente cuja ne-
cessidade pode ser verificada no
cotidiano das escolas e nas in-
formações registradas sobre o
tema na imprensa, principal-
mente nos anos de 83 e 84.

3º - se o objetivo dessa comi-
são é redimensionar o CPM, não
nos parece suficiente colocar
em debate uma proposta de or-
ganização que acrescenta ór-
gãos à estrutura estabelecida
pelo Estatuto Padrão de CPM,
sem rediscutir este Estatuto.

A discussão e elaboração de
uma nova proposta de estrutura
organizacional do CPM nos pa-
rece uma tarefa importante,
contanto que responda às neces-
sidades indicadas nas conside-
rações acima”.

Promessa deve ser cumprida

Porto Alegre, 26 de setembro de 1982

Colega

Eu posso te falar de igual para igual, de co-
lega para colega, porque funcionário público
como tu, porque filho e neto de funcionário
público, condição e origem que tanto me or-
gulham.

No meu governo terás papel destacado na
continua modernização das práticas admi-
nistrativas, na permanente ação buscando a
afetiva e constante melhoria dos serviços pos-
tos à disposição do povo.

Terás, também, no meu governo, como jus-
ta contrapartida a remuneração adequada e
profissionalizante, o reajuste semestral dos
vencimentos, salários e proventos, o treina-
mento e a especialização necessários ao pro-
gresso funcional e ao efetivo desempenho das
novas e grandes tarefas.

Terás, ainda, um Plano de Carreira técnico,
mas sobretudo humano, que permita, valori-
zado o mérito, o acesso aos escalões superio-
res.

Terás, finalmente, a certeza de que os in-
gressos, seja qual for o regime jurídico - esta-
tutário ou celetista - , serão precedidos de
concurso público e observada a ordem de
classificação.

Estes, pois, alguns tópicos do meu plano de
ação que, por ser aberto e democrático, es-
pero pela tua colaboração, pelas tuas suges-
tões.

Conto contigo nesta nova e gigantesca tarefa.
Conto com o teu apoio e o teu voto.

Fonograma

“Eu posso te falar de igual para igual,
conforme tua carta de 26/09/82.

Por isso, te peço que cumpras tua pro-
messa de reajuste semestral e 13º salá-
rio.

Conto Contigo.”

No dia 15 de outubro, os professores
públicos do Estado, com a coordena-
ção dos Núcleos do CPERS, estarão en-
viando ao Governador do Estado um
fonograma, cujo conteúdo foi extraído
da carta enviada por Jair Soares aos
funcionários públicos, durante sua
campanha eleitoral. Publicamos, aqui,
o texto da carta enviada pelo Governa-
dor e o modelo do fonograma que de-
verá ser enviado pelos professores.



Professores vão cobrar de Jair as promessas feitas durante campanha eleitoral

Parecer comprova: Estado descumpre questão das verbas

Diante do desmentido da SEC sobre as denúncias feitas pelo Presidente do CPERS, a respeito do não cumprimento do que prevê o Acordo de 1980, e a Emenda Calmon, quanto à destinação de verbas do Estado para a Educação, a Assessoria Econômica da entidade emitiu um Parecer visando afastar qualquer dúvida a respeito do assunto. O documento, assinado pelo economista Francisco Carrion Júnior é o seguinte, na íntegra:

"Atendendo solicitação, encaminho à apreciação desta Diretoria parecer técnico versando sobre o montante de verbas destinadas à Educação, a fim de verificar o efetivo cumprimento da Cláusula 5ª do Acordo firmado com o Governo do Estado em novembro de 1980.

Conforme aquela Cláusula, ficou estabelecido em documento público que:

"é assegurada, mediante o competente provimento, a partir do exercício financeiro de 1982, a inclusão na proposta orçamentária, de recursos não inferiores a 25% destinados à Educação"

Preliminarmente, cumpre salientar que a atribuição de um percentual mínimo de recursos para a Educação, no equivalente a 25% da Proposta Orçamentária, levou em conta os parâmetros até então aplicados em Educação pelo Estado, como percentagem do gasto total - o que visava garantir e assegurar um injeção maior de recursos nesta importante área.

A referência adotada foi a Proposta Orçamentária - que se transforma no Orçamento, uma vez aprovada por Lei estadual. A proposta orçamentária deve englobar o montante da receita prevista e da despesa fixada, inclusive transferências, segundo determinação expressa da Constituição Federal (art. 62) e da Constituição Estadual (artigos 43 e 44), bem como disposições da Lei federal nº 4320/64.

Em consequência, os 25% atribuídos à Educação pelo Acordo, devem relacionar-se, obrigatoriamente, ao total do orçamento.

Desta maneira, deve ser considerada indevida e não adequada, para efeitos de avaliação do cumprimento do ACORDO PÚBLICO FIRMADO, a comparação que ora vem sendo procedida dos Gastos destinados à Educação, com apenas PARTE DO ORÇAMENTO. Em nenhum momento, os termos do ACORDO referem-se a exclusão da Conta da Dívida, no montante total dos Gastos, que servirão de base para averiguação do percentual mínimo de 25% a ser aplicado em Educação.

Mesmo que se admita, de outra parte, a exclusão da parcela de receita pertencente aos Municípios, relativas aos repasses das quotas de ICM e do ITBI, ainda assim verificaremos que o Estado não está cumprindo

o Acordo de destinar 25% para Educação, sobre o total de gastos a cargo do Estado.

Assim sendo, apresentamos tabela comparativa, tendo como base o Quadro Demonstrativo da Distribuição da Despesa Orçamentária, constante da página XIII da Exposição de Motivos do Governador à Proposta Orçamentária para 1985.

Como se observa, o Estado vem aplicando 17,97% do ORÇAMENTO TOTAL EM EDUCAÇÃO, conforme o Balanço encerrado de 1973. Mesmo que se retire a parcela dos Municípios (item B acima), ainda assim, os gastos da SEC representaram 19,96% em 1983.

Desta forma, conclui-se que o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NÃO ESTÁ CUMPRINDO A CLÁUSULA 5ª DO ACORDO PÚBLICO FIRMADO, que determinava a destinação mínima de 25% para a Educação.

Os cálculos apresentados pelo Governo (item "C" acima) não obedecem aos termos do Acordo, pois se referem apenas a PARTE DO ORÇAMENTO, sendo que as

Leis que dispõem sobre o Orçamento não autorizam a exclusão destas parcelas do Total da Despesa Orçamentária.

Por derradeiro, cumpre informar:

- i) Os gastos programados para a SEC no corrente ano de 1984 deverão atingir um percentual inferior a 19,06%, já que o Orçamento foi subestimado, devendo as Receitas e Despesas programadas em 2,205 trilhões alcançarem a cifra de aproximadamente 3,1 trilhões, sem que a Despesa da SEC seja reajustada na mesma proporção. Desta forma, a despesa com a Secretaria de Educação dificilmente ultrapassará 16% da Despesa Total do Estado, o que significará um desvio de nada menos de Cr\$ 250 bilhões de verbas da Educação para outras finalidades.
- ii) Os gastos com Educação seriam ainda menores, caso fossem abatidos os gastos com Pessoal da SEC cedidos para outros órgãos/funções.
- iii) ainda que sejam computados os gastos com Educação realizados por outros órgãos ou Secretarias de Estado que não a SEC e,

mesmo acrescentando-se as verbas do Salário-Educação (que não constavam do Orçamento na época do Acordo Público firmado), a situação pouco se altera, confirmando que o GOVERNO DO ESTADO NÃO ESTÁ CUMPRINDO O ACORDO FIRMADO.

iv) ressalte-se que, embora o Estado tenha aplicado em Educação, no Balanço encerrado em 1983, importância um pouco superior ao estabelecido pela Emenda Constitucional nº 24 (João Calmon), esteve muito aquém dos gastos determinados pelo Acordo firmado com o CPERS e que, em 1984, os dados oficiais de gastos efetivos, somente serão conhecidos, quando da apresentação do Balanço em abril de 1985.

Estes são os elementos que julgo importante apresentar à consideração da Diretoria desta Entidade, reafirmando meu apoio à luta do CPERS por mais verbas para a Educação e fiel cumprimento do ACORDO PÚBLICO FIRMADO PELO GOVERNO DO ESTADO, o que não se verifica até o presente momento".



JACA

	Em Cr\$ milhões		
	Realizada em 1983	Orçamento p/ 1984	Proposta p/ 1985
1. Total de Gastos da SEC	187.017	420.306	1.457.543
2. TOTAL DOS GASTOS Estaduais	1.040.299	2.205.000	8.125.000
3. Total dos Gastos Estaduais menos a parcela dos Municípios (ICM/ITBI)	936.885	1.988.886	7.272.549
4. Total dos Gastos Estaduais menos a parcela dos Municípios e as despesas com o serviço da Dívida	669.639	1.311.575	4.736.898
Cálculo dos percentuais:			
A - Gastos da SEC sob ORÇAMENTO TOTAL (item 1 sobre item 2 x 100)	17,97%	19,06%	17,93%
B - Gastos da SEC sobre DESPESA TOTAL A CARGO DO ESTADO (MENOS PARCELA MUNICÍPIOS) (item 1 sobre item 3 x 100)	19,96%	21,1%	20,04%
C - Gastos da SEC sobre PARTE DO ORÇAMENTO (EXCETO PARCELA MUNICÍPIOS E SERVIÇO DA DÍVIDA) (item 1 sobre item 3 x 100)	27,93%	32,05%	30,77%

Críticas foram rebatidas

Em face das críticas feitas pela psicóloga Ida Maria Schivitz aos professores, de modo geral, conforme a notícia publicada no jornal Zero Hora, de 22 de agosto último, a Direção do CPERS enviou correspondência às entidades de Psicologia, lamentando as declarações e solicitando providências. Em resposta ao ofício enviado pelo CPERS, o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio Grande do Sul

esclarece que a referida psicóloga não é sindicalizada e que suas declarações configuram "opinião individual e, portanto, de sua única e exclusiva responsabilidade". No ofício assinado pela presidente do Sindicato, Ana Maria Oroni Mesquita, fica expresso que a entidade "não endossa, de maneira nenhuma, as declarações da psicóloga".

C. F. P. 08/03/1978

A validade do método Montessori na educação

Giorgio Gamberini



Todas as escolas que atualmente seguem o método Montessori são muito cotadas entre os pais que buscam novas propostas pedagógicas para os próprios filhos.

Nestas escolas "diferentes", os professores são ótimos, sabendo interpretar perfeitamente as teorias pedagógicas usadas pela escola, sem se preocuparem em buscar os "porquês" de suas teorias, e eles trabalham com as crianças mantendo-as em constante contato com os pais, já que este método não pode ser aplicado apenas na escola, sendo necessária uma ativa e atenciosa colaboração por parte dos pais. Caso contrário, fica difícil para a criança decidir a quem deve ouvir: aos pais ou aos professores.

Apesar da criadora do método, Maria Montessori, ter morrido em 1952, aos 82 anos de idade, seu nome ainda é muito mencionado.

Na época em que surgirão suas revolucionárias teorias causaram escândalo entre os conservadores e os pedagogos tradicionais.

Porém, alguns estudiosos mais atentos e de mente mais avançada, logo perceberam a validade do método idealizado pela grande doutora.

O "Menino Montessori" se distingue dos demais, pois ele cresce respeitando e sendo respeitado, respeitando o trabalho do próximo, o amor e a natureza — tendo à sua disposição um material didático muito amplo, aprende a ler e escrever antes dos seis anos de idade e chega ao primeiro ano com um vocabulário amplo. É um menino desinibido, aberto, seguro de si e bem decidido em suas ações.

A função do adulto neste método é muito importante.

É ele, de fato, que deve propor ao menino modelos que o ajudem a encontrar o seu equilíbrio psicológico através de uma forma de auto-educação que, com o passar do tempo, torna-o cada vez mais consciente.

Maria Montessori fez suas primeiras pesquisas no campo médico, publicou diversos livros e formou-se em medicina e letras em Roma. Começou sua carreira como assistente numa clínica psiquiátrica na própria universidade e foi lá que tomou consciência de que podia começar a aplicar, na prática suas teorias. Teorias que diziam, em regra geral, que o tratamento terapêutico dos debilitados deveria ser prevalentemente pedagógico.

No fim do século passado, Maria começou a elaborar um plano de reeducação para os meninos considerados "diferentes". Dirigiu então a escola ostrofrênica de Roma, a qual adotou seus ensinamentos revolucionários, podendo

notar maravilhosos resultados.

Em 1906 começou a elaborar teorias sobre a educação de meninos normais. Em 1909 publicou o "Método de pedagogia científica aplicada na educação infantil", onde mostrava que um tipo de pedagogia científica estava surgindo, com o intuito de chamar a atenção dos cientistas para o ensino e de elevar os professores até à ciência. Um período experimental posterior levou a doutora a elaborar um plano de educação para crianças de até dez anos. Em 1912 publicou a "Auto-educação nas escolas primárias", vendido no mundo todo.

O principal conceito deste método afirma que o processo educativo é obra da própria criança. Ela se envolve num ambiente sem obstáculos, rico em motivos para se manter em atividade, e é ajudada por um trabalho baseado na auto-educação, sob a direção do adulto, cuja única função é fornecer à criança

a ajuda necessária para a sua evolução.

Dos novos contatos entre aluno-ambiente-professor, surgiu uma série de críticas aos velhos conceitos de disciplina, que limitavam o desenvolvimento mental da criança. Criaram-se novos conceitos de liberdade e de trabalho coletivo, constituindo um sistema de educação elaboradíssimo.

Atualmente, o método montessoriano continua a sua evolução, acompanhando os dias de hoje e seus problemas. Maria Montessori certa vez escreveu: "Eu compreendo o grande poeta inglês Wordsworth que, apaixonado-se pela natureza, começou a sentir a misteriosa voz de suas cores e de seus silêncios e lhe perguntou qual era o segredo de tanta vida. Até que, como se fosse vidente, recebeu a resposta: o segredo de toda a natureza está na alma das crianças. Elas descobrem a verdadeira síntese da vida, que é o espírito da humanidade."

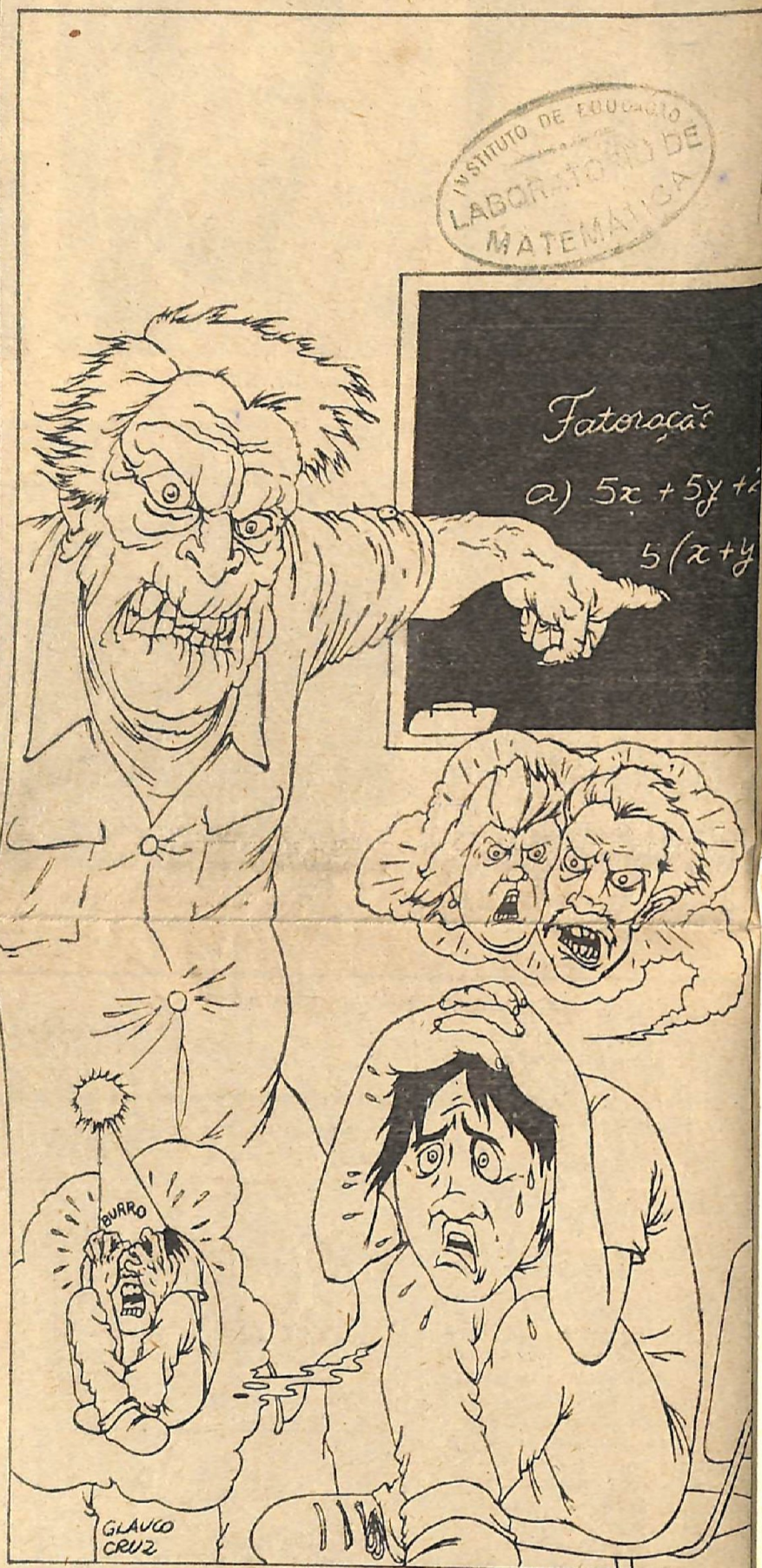


Arquivado em 20/05/99 M. M. S.

Uma classe sem notas e sem bocejos

O Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha está encerrando uma experiência de quatro anos com uma classe-laboratório, que procurou libertar-se da rigidez da escola tradicional, em aspectos como a necessidade de notas de aprovação e a memorização sistemática de informações sem sentido para o aluno. Mais livre e mais criativa, a classe-laboratório terá sua experiência narrada, nesta semana, por sua idealizadora, professora Liba Knijnik, no 3.º Ciclo de Atualização em Psiquiatria e Psicanálise, promovido pelo Centro de Estudos Luís Guedes.

JACQUES WAINBERG



do do grupo. Curvados que eram tornam-se a cada reprovação mais e mais introvertidos, quase corcundas. Seu destino é a marginalidade social.

E o discurso hipotético encontraria aceitação porque é consenso de que a competição existe e se expressa na aprovação e reprovação de cada prova; seria aceito porque é consenso dos corpos docente e discente de que as horas nas quais ambos convivem são enjoativas e pouco criativas. A monotonia da memorização e exercício é simplesmente indigesta.

Seria aceito porque o consenso diz que não é assim que se deve formar o jovem para o século XXI.

Onde está a capacidade de descoberta, de raciocínio, de dedução, de uso de potencialidades pessoais? Onde estão os orientadores a quem cabe o papel de acompanhar e incentivar na caminhada ao amadurecimento? Onde está a escola que cre no aluno, que respeita suas diferenças pessoais, que incentiva a sua descoberta, sua opinião, que dialoga com ele, que parte junto em pé de igualdade? Onde está a humildade do mestre que deseja aprender enquanto ensina? Onde está o prazer da vida escolar, a vibração?

Onde afinal está a vida na escola?

Onde está a escola humanizada e plena de valores?

Afinal, e isso é soberbamente conhecido, não são discursos moralistas, de pregação quase missionária, os capazes de preservar valores hoje tão escassos e por isso tão avidamente procurados.

Moral e valor resultam de uma existência refletida e rica. Hoje, no entanto, a pregação frutifica porque prevalecem os papéis da escola convencional.

UTOPIA E REALIDADE

A utopia tem a função de atrair os homens, à semelhança do imã que exerce influência irresistível sobre o ferro. Ao contrário deste, no entanto, as utopias humanas não são alcançadas. Isso não impede que os homens continuem a caminhar em sua direção. O que explica a caminhada iniciada pelo Instituto de Educação em busca de uma escola humana e reorganizante.

Pode-se afirmar que os quatro anos de experiência realizada com duas levadas de alunos que formaram turmas especiais dentro da escola frutificaram com resultados dignos da utopia de uma escola humanística do século XXI.

O ponto de partida da experiência foi a percepção de que "as coisas não iam bem", conforme explica a professora Liba Knijnik. O não ir bem é este marasmo e tédio; o bocejo e falta de criatividade; a competição da nota e a comparação destrutiva decorrente.

Para ir bem teriam de ser reformulados pontos sacrossantos da escola tradicional. Antes de mais nada necessitava-se coragem para modificar estruturas.

Elas foram modificadas: a vida estudantil da turma especial — conhecida como **classe laboratório** — seria regida por regras novas. Elas valeriam igualmente para os

devia ser empregada no Brasil pois na maioria dos aspectos sinto um desenvolvimento, um crescimento de estrutura, fortes alicerces educacionais.

5

A gente gosta de vir ao colégio pois apesar de aprender nos divertimos como queremos até onde nossa responsabilidade nos indica.

... Estamos felizes e ao mesmo tempo tristes pois o Laboratório vai terminar. Não haverá Laboratório no 2.º Grau".

(Dante Daniel Micheletto — 14 anos).

6

"Que o mundo seja bastante evoluído e forte para aceitar e incentivar novos métodos e novas técnicas de ensino". (Márcia Helena Flores — 14 anos).

7

"Esses quatro anos que estive nas classes-laboratório acho que nunca mais vou esquecer. Descobri um po de ensino quase perfeito. Esse

Depoimentos

Depois de quatro anos de vida comum na classe-laboratório, os alunos da oitava série do Instituto de Educação estão prestes a encerrar a experiência. No Segundo Grau voltarão a frequentar turmas normais, talvez em diferentes educandários. Aqui eles prestam seu depoimento de como se sentiram nesta turma e apontam seus aspectos positivos e negativos.

A escola se tornou um prazer, algo que me recompensava.

Tive nesses quatro anos uma escola que não se preocupa só com o conteúdo, mas com o nosso desenvolvimento como gente, onde não nos prendíamos nas quatro paredes de uma aula, e muitas vezes saíamos para ver a realidade de nossa cidade.

Tivemos algo muito importante que foi a liberdade que ajudou muito para nosso crescimento, conscientização do que podíamos e do que não podíamos fazer". (Andréa Perrone — 14 anos).

8

"São essenciais as horas de la-

de serem muito gostosos nos ajudando a conviver melhor com nossos colegas. Aliás, um dos assuntos que mais gosto de falar é este, onde posso contar lembranças ou histórias alegres, engraçadas, etc.

Enfim, gosto muito de fazer parte da classe-laboratório. Aliás, acho que qualquer um gostaria". (André de Araújo Viana — 14 anos).

9

"Em dois anos aqui pude ver que é Classe Laboratório.

A classe laboratório permitiu muita coisa. Se o aluno está em uma turma normal, a classe o levanta e tudo volta ao normal.

Esta é uma classe em que tu-

A primeira decisão foi fazer um voto de fé no aluno. Pode-se pensar em uma situação — que evidentemente é de ficção — na qual a professora Liba faz o seguinte juramento junto aos alunos e professores: "A escola deve ser um lugar prazeroso para viver e conviver, deve haver um clima de respeito, sem pregação moral, sem imposições, sem competição, com currículo aberto. Não é a quantidade de experiências que vale, mas sua qualidade, intensidade e profundidade. O que se deve buscar é o desenvolvimento do espírito crítico, a capacidade de julgamento. Devemos abandonar a sala de aula para viver as experiências. A iniciativa individual deve ser encorajada. Para viver, sentir e compreender a vida devemos viajar, acampar, visitar e trabalhar bastante. Tudo isso espontaneamente, sem a ameaça da nota, definitivamente sepultada. Vamos nos envolver todos em experiências pelo prazer e satisfação de vivê-las. Façam tudo com tranquilidade pois vocês já passaram de ano."

O discurso é fictício. Verdadeiros são os objetivos da professora Liba e do corpo docente.

Incluíram-se no currículo da classe laboratório aulas de cultura contemporânea, de recreação e lazer, de teatro e xadrez, de música, fotografia e literatura. Os alunos saem frequentemente para atividades fora da escola. Assistem a ensaios da OSPA, peças e filmes.

Não há um horário de aula fixo. Todas as sextas-feiras os professores reúnem-se e programam a semana. Não raro um dá o conteúdo de outro. Não há enclausuramento curricular.

Não há igualmente hierarquia e os professores abandonam o papel de donatários do saber, como se fossem sucessores de famosos enciclopedistas. O diálogo é a arma secreta do negócio. Um negócio a dois, em pé de igualdade.

Pois, como diz a professora Liba, "é muito estimulador para acreditar que um encontro entre pessoas pode ser colorido, enriquecedor e não amorfo e enfadonho."

O aprendizado neste tipo de estrutura é reflexivo; nele todos igualam-se no ensinamento, nas descobertas e avanços. Os professores são guias, mostram a trilha, dão a mão para a caminhada quando for necessário.

Isso talvez explique a serenidade de um encontro comum dos 25 alunos e aproximadamente 12 professores: o diálogo é franco, o tom de voz utilizado é baixo. Este foi um dos primeiros resultados observados: o tom de voz baixou. Cessaram os berros, o policiamento ostensivo dos gritos e gestos.

Nestes encontros frequentes, alunos e professores trocam idéias como se fossem companheiros de jornada. Na verdade são, e isso surpreende o observador.

Mas a adjetivação de **classe laboratório** se justifica: esta equipe decidiu fechar os olhos para pressões ambientais que deformam a educação, especialmente a obsessão curricular de pais ansiosos em saber se os filhos já aprenderam o que a média dos estudantes de

maiores, especialmente o vestibular e sua loteria de escolhas múltiplas.

A decisão filosófica foi preocupar-se com a formação, relegando a segundo plano a informação. Tornou-se óbvia aos educadores a situação de atraso inevitável que a escola teria se desejasse competir com a televisão, jornais e outros veículos para informar de forma mais completa o conhecimento humano que igualmente mostra-se suficientemente dinâmico para cada dia acrescentar algo de novo ao acervo da humanidade.

A escola não deve restringir-se pois à função de mediadora entre a fonte informativa e o aluno receptor. Sua função é capacitar o receptor a andar só neste mundo complexo. A função da escola é instrumentalizá-lo para a descoberta, para a dedução, para a



reflexão, para a conclusão, para a crítica, para a dúvida, para a pesquisa. Sua meta é sensibilizar o educando para as fontes informativas, criando-lhe discernimento intelectual para sua análise e aproveitamento.

Só assim pode-se compreender a capacitação do jovem de hoje para o mundo do novo século.

Os adolescentes do Instituto de Educação, que na voz de Liba Knijnik orgulha-se de estar formando profissionais de educação para o Primeiro Grau há mais de 100 anos, mostram-se satisfeitos com a experiência. Ressaltam seus aspectos positivos e mostram disposição em continuar sendo cobaias deste laboratório. Inscreveram-se 150 alunos para formar esta classe que encerra a oitava série. Entre eles foram sorteados os 25 componentes que não escondem a contrariedade de terem que entrar agora num Segundo Grau à moda antiga.

Mas no laboratório foram capacitados a adequarem-se às situações novas, conforme ressaltam os professores. Por isso a passagem ao "mundo real" não os atemoriza.

A experiência mostra que poderão entrar no mundo das notas e com tranquilidade suficiente para enfrentar com coragem e confiança os anos que precedem o vestibular.

sem para escolher é claro que ficaria com a classe laboratório". (Jane Machado Boheira — 15 anos).

10

"Eu acho que essa experiência, com a classe laboratório, não dá para descrever. A gente tem que viver para sentir como ela é. E é por isso que eu não quero que ela acabe. Por que as coisas boas acabam?" (Isabel Maria de Oliveira — 14 anos).

11

"O que seria classe laboratório na teoria é uma coisa maravilhosa, pois defende uma escola melhor, até um nível melhor de ensino. Já na prática acontecem coisas contraditórias. É claro que em quatro anos de classe laboratório eu aprendi qual seria a filosofia e o objetivo dela. Seria maravilhoso. Pensando agora eu sei que não se conseguiu colocar a idéia completa em prática, pelo menos com a minha turma. Talvez por imaturidade das três partes interessadas: professores, pais e alunos. Os alunos na época que entraram não eram bastante maduros e conscientes

sores não aguentaram o repuxo de uma turma imatura e inconsciente. Começaram a impor alguns critérios como em qualquer classe comum.

Mas negavelmente foi uma experiência excelente; aprendi a conviver com pessoas e com trabalhos realizados em "recreação e lazer", descobri "eu" e encarei a turma como uma família, uma convivência de quatro anos. Foi excelente".

(Ana Cristina Fagundes — 14 anos).

12

"Todos nós estamos pensando. É da natureza humana resolver seus problemas através de soluções lógicas. Nessa vida a gente se adapta às coisas desejáveis e aprende a adaptar-se às não desejáveis. Numa aula as conseqüências sobre o aluno são diversas. A psicologia da decoreba é muito insistente e muitas vezes prejudica o pensamento do aluno.

Aqui desenvolvemos o pensamento, para mais tarde quem sabe, resolvermos problemas através de soluções lógicas.

Decorar só quando quero, e meu cérebro se abre. Pensar sempre pois